Considerações finais

No ano de 2008, o Código de Processo Penal, que regula, dentre outros procedimentos, aqueles relativos ao Tribunal do Júri, passou por uma ampla reforma, entendida por boa parte dos juristas como uma medida democratizadora da justiça, porquanto ampliaria o caráter participativo e representativo do corpo de jurados na instituição.

A revisão bibliográfica aponta para uma escassez de trabalhos empíricos sobre o Tribunal do Júri na área do direito. Nas ciências sociais, por sua vez, embora haja alguns pesquisadores que tenham se empenhado em tomar como objeto de investigação esta instituição e os membros que a constroem, nenhum deles se concentra em compreender, a partir de um trabalho intenso de observação, como os jurados se inserem nas rotinas burocratizadas do tribunal. Esses trabalhos centralizam sua análise nos julgamentos do Tribunal do Júri e nas manifestações dos profissionais do direito ao longo dessas sessões, deixando de lado o trabalho rotineiro de secretaria – onde se concentra a maior parte dos procedimentos que efetivamente constroem a instituição - e dando pouca atenção às narrativas dos jurados a respeito de suas experiências no tribunal.

Mesmo nos estudos empíricos, existe uma tendência em tratar os problemas de pesquisas como se fossem apenas teóricos, quando, na verdade, eles são, em sua maioria, obstáculos práticos – prazos, entrada no campo, agendamento de entrevistas, anotações nos cadernos, etc. -, os quais não têm de ser apenas objetos de reflexão, devendo ser explícitos pelo pesquisador no decorrer do trabalho.

A pesquisa de campo, ao longo de quase dois meses, permitiu-me perceber que o trabalho cotidiano no Tribunal do Júri é voltado para “fazer o júri acontecer”. Os escreventes e a escrivã dirigem seus esforços para “dar conta” de seus afazeres. Assim, eles dividem suas tarefas de forma que possam se concentrar em trabalhar em determinados processos – divididos de acordo com o último algarismo de identificação -, o que faz com que passem a “conhecer os seus filhos”. A cadeia de protocolos de trabalho na secretaria engloba também a seleção dos jurados, que começa a ser feita ainda no ano anterior, quando a

escrivã e uma das escreventes constroem a lista anual de jurados, com cerca de 600 nomes, dentre os quais alguns são indicados pelos próprios juízes ou por jurados mais antigos.

Na construção dessa lista, levam-se em consideração os seguintes critérios: 1) a distância entre o local do julgamento – o fórum - e a residência do jurado; 2) o conhecimento prévio sobre o jurado. Em outras palavras, existe uma preferência por escolher nomes de pessoas que não moram muito longe do tribunal e que já tenham trabalhado alguma vez como jurados.

Essa preocupação na montagem da lista anual dos jurados revela-se um mecanismo condizente com a dificuldade de se encontrar pessoas dispostas a participarem dos julgamentos no Tribunal do Júri. Não são raros os pedidos de dispensa por parte dos jurados sorteados para compor a lista bimestral dos 25. Movidos pelo imperativo prático da realização do júri, a escritã e o juiz, então, têm de criar critérios para a aceitação desses pedidos, já que para acontecer, uma sessão tem de contar com pelo menos 15 possíveis jurados, para então haver o sorteio do conselho de sentença, composto por 7 pessoas.

Os critérios práticos utilizados na seleção dos jurados e os mecanismos usados para garantir a presença de pelo menos 15 pessoas para o sorteio do conselho de sentença revelam uma dificuldade para se encontrar pessoas dispostas a serem juradas. Assim, por mais que o discurso do juiz ao longo dos julgamentos aponte para a ideia do Tribunal do Júri como “uma vara democrática”, “aberta ao público” e que “incentiva a cidadania”, as ações que efetivamente o constroem são tomadas sob o imperativo prático de que “o júri tem de acontecer”. Não há nenhum sentido cívico na participação dos jurados no júri. Eles são inseridos numa cadeia de procedimentos burocratizados e juridicizados e aparecem na rotina de trabalho do tribunal apenas marginalmente – tanto pelo “que fazem”, quanto por “como fazem”.

Os estudos sobre democracia e participação popular partem da premissa de que as pessoas querem efetivamente participar. Mas e se elas não quiserem? No caso do Tribunal do Júri, as dinâmicas de trabalho e as narrativas dos jurados entrevistados revelam desvantagens e dificuldades ao se assumir a função (ex: ausência de remuneração, perigo de retaliação por parte dos condenados, longa duração dos júris e estigmatização por parte da sociedade).

Como ser jurado no Brasil é um dever, uma obrigação, mas “ninguém quer ser”, existe um esforço – físico, inclusive – com a finalidade de capitanear pessoas que efetivamente estejam dispostas a participar e que possam “fazer o júri acontecer”. A maioria continua resistente e manifesta esse descontentamento por meio dos pedidos de dispensa endereçados ao juiz e à escritã. No entanto, existem exceções que, além de não requererem a dispensa, vão se perpetuando na função ao longo dos anos.

Por serem exceções, eles têm de dar algum sentido a essa aceitação. Assim, eles procuram legitimidade por meio de um processo de construção de identidade, que engloba o discurso de autoafirmação, no qual esses jurados experientes se identificam como “pessoas moralmente aptas e escolhidas pela sociedade” e a criação de instrumentos identitários como o hino, a bandeira, o samba e a associação.

Apresentada pelo seu presidente enquanto uma “escolinha”, a associação dos jurados revela o esforço dos jurados antigos/experientes para construir uma identidade para a função que ocupam, legitimando-se tanto diante dos funcionários do tribunal quanto da sociedade – que os estigmatiza como “vagabundos”. Distante das figuras do “leigo” ou do “povo julgando o povo”, duas das formas mais frequentes pelas quais o juiz se refere aos jurados ao longo dos julgamentos, a criação da associação é produto dos interesses gerados pelas interações contínuas de jurados que, diferentemente da maioria, estão no júri há anos, são um pouco mais ativos no constante processo de construção da instituição, mas ainda assim, precisam dar determinado sentido às suas ações, porquanto a estrutura burocratizada do tribunal torna marginal a sua participação.

Mesmo diante das recentes mudanças legislativas, “ninguém quer ser jurado”. Assim, antes de se realizar um júri democrático e representativo, é preciso realizar um júri, seja como for. O desafio enfrentado pelos funcionários da secretaria e pelo juiz é anterior às pretensões dos juristas e dos teóricos normativos da democracia.

Por fim, é provável que mesmo os jurados experientes não queiram participar, sobretudo sem uma contraprestação do Estado. Falando de participação popular e democracia, a instituição, por meio do juiz, não consegue explicar a presença do jurado no tribunal. A criação da associação tenta suprir essa

necessidade, tornando-se um mecanismo pelo qual os jurados experientes buscam dar sentido àquilo que realizam.